MODELO DE PETIÇÃO

AÇÃO MONITÓRIA

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da... Vara Cível da Comarca de ...

(nome, qualificação, endereço e CNPJ), por seus advogados *in fine* assinados, *ut* instrumento de procuração anexo (doc. n. ...), vem, respeitosamente, com fulcro no art. 700 do CPC, promover a presente AÇÃO MONITÓRIA em desfavor de (nome, qualificação, endereço e CNPJ), pelos seguintes fatos e fundamentos adiante articulados:

*1. Ab initio*, cumpre esclarecer que a Ré vem enfrentando problemas financeiros e perdeu seu crédito junto à fabricante de veículos ..., ensejando-se na perda de seu principal objeto por se tratar de uma concessionária autorizada, qual seja, comprar e vender veículos novos ...

2. Nesse sentido, utilizando-se da amizade e confiança existente entre a direção da Autora (que também é concessionária da ...), o sócio proprietário da Ré passou então a comercializar veículos 0 Km na região, porém, recebendo diretamente de seu cliente e efetuando os pagamentos à Autora, através de cheque.

3. Infelizmente, nos últimos veículos entregues à Ré, a mesma não honrou seus compromissos assumidos, sustando os cheques (sem nenhum motivo) que serviriam de pagamento à Autora, o que merece ser repudiado.

4. Tanto é verdade que nos últimos meses foram ajuizadas 2 (duas) execuções de título executivo extrajudicial que tramitam também nesta Comarca, diante da sustação indevidas dos cheques. Vide processos n. ... e n. ...

5. Dessa forma, relativamente à presente AÇÃO MONITÓRIA, a autora possui um crédito de R$ ... (...) perante a Ré, representados pelos cheques n. ... e ..., ambos da conta ..., agência ... do Banco ..., nos valores de R$ ... e R$ ... respectivamente, cheques esses pré-datados para ... e ... emitidos pela Ré, que seriam utilizados para pagamento do veículo ..., repassado ao Sr. ...- vide doc. n. ...

6. À guisa de elucidação, cumpre esclarecer que o referido cheque foi sustado abusivamente pela Ré (devolução motivo alínea 21), sem qualquer justificativa, após a mesma ter recebido supracitado veículo (veja nome da Ré, Sra. ... no canhoto da respectiva Nota Fiscal e na autorização de compra do veículo).

7. Nesta senda, a relação comercial entre as partes se agravou ainda mais quando descobriu que a Ré recebeu dos clientes os valores dos veículos por ela “revendidos” e, sem qualquer justificativa, sustou os cheques por ela emitidos para pagamento dos veículos perante a Autora, o que não pode ser admitido.

8. Enfim, diante das tentativas de conciliação terem se arrastado nos últimos meses e não terem logrado êxito, restou à Autora via judicial para buscar a satisfação de seu crédito, obedecendo aos anseios do inciso I do artigo 700 do Código de Processo Civil/2015.

9. ***Ex positis***, a Autora requer à V. Exa.:

a) seja citada a Executada por Oficial de Justiça, no endereço ofertado no preâmbulo, para que efetue o pagamento da quantia de R$ ... (...), no prazo legal, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e correções legais (tabela de atualização monetária do TJ...) até a data do efetivo pagamento, além de honorários advocatícios e custas processuais recolhidas (doc. n. ...);

b) caso seja necessário, requer o benefício previsto no art. 212, § 2º do CPC/2015, para que a citação possa ser realizada em feriados, ou, ainda nos dias úteis antes das 06:00 horas ou após às 22:00 horas;

c) caso V. Exa. determine os títulos originais encontram-se com a Autora, podendo serem apresentados originais para serem conferidos com o documento digitalizado ou guardado no cofre da secretaria;

d) requer, ainda seja-lhe permitido provar suas alegações por todos os meios de provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial;

e) requer, por fim, o cadastramento do procurador da Autora, Dr. ..., OAB/..., para ulteriores publicações, sob pena de nulidade.

Valor da causa: R$ ... (...)

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB dos Advogados)